



UFRPE



Especialização em
**GESTÃO
PÚBLICA
MUNICIPAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**ANÁLISE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DO RECIFE
DE 2020 A 2024**

JANAINA MARTINS DO NASCIMENTO

CARPINA, MAIO/2024

JANAINA MARTINS DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DO RECIFE
DE 2020 A 2024**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Área de Temática: _____

Professor Orientador(A): _____

CARPINA, MAIO/2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Sistema
Integrado de Bibliotecas da UFRPE Bibliotecário(a): Auxiliadora
Cunha – CRB-4 1134

N244a Nascimento, Janaina Martins do.

Análise da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de
Recife / Janaina Martins do Nascimento. – Recife, 2024.
24 f.

Orientador(a): Jair Jeremias Junior.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica
de Educação a Distância e Tecnologia - UAEADTEC,
Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, BR-PE,
2024.

Inclui referências.

1. Assistência Social (Recife-PE). 2. Políticas sociais
(Recife-PE). 3. Políticas. 4. Socialização política (Recife-PE)
I. Junior, Jair Jeremias, orient. II. Título

CDD 350

JANAINA MARTINS DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DO
RECIFE DE 2020 A 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em 31/08/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jair Jeremias Junior (Orientador)

Simone Gomes da Silva (Examinadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Maria wellita Santos (Examinadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

O estudo analisa a aplicação e o impacto das políticas públicas da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Recife entre 2020 e 2024, focando em indicadores de desempenho e resultados. Os objetivos incluem avaliar os programas Bolsa Família e Capacitação Profissional, identificar desafios como restrição orçamentária e capacitação de servidores, e comparar com dados anteriores. O período foi desafiador devido à pandemia de Covid-19, que exigia respostas rápidas. Com cerca de 50% das famílias em Recife vivendo em pobreza, a necessidade de políticas públicas eficazes é clara. O Programa Bolsa Família, regido pela Lei nº 14.601 de 2023, foi crucial durante a pandemia, embora o número de beneficiários tenha caído para 145.281 em julho de 2024, devido a mudanças nos critérios de elegibilidade e melhorias econômicas. A análise dos benefícios do programa mostra esforços para adaptar o suporte, enquanto iniciativas como o Gás de Cozinha e o Projeto Qualifica nas Comunidades ampliam as estratégias de apoio. O estudo enfrenta limitações, como inconsistência de dados e o impacto da pandemia. Futuras pesquisas devem avaliar o impacto longitudinal, critérios de elegibilidade, eficácia administrativa e participação comunitária, visando aprimorar as políticas públicas de assistência social.

Palavras-chave: Assistência Social , Recife, Políticas

ABSTRACT

The study analyzes the application and impact of public policies of the Social Assistance Secretariat of the City of Recife between 2020 and 2024, focusing on performance indicators and results. The objectives include evaluating the Bolsa Família and Professional Training programs, identifying challenges such as budget restrictions and employee training, and comparing with previous data. The period was challenging due to the Covid-19 pandemic, which required quick responses. With around 50% of families in Recife living in poverty, the need for effective public policies is clear. The Bolsa Família Program, governed by Law No. 14,601 of 2023, was crucial during the pandemic, although the number of beneficiaries fell to 145,281 in July 2024, due to changes in eligibility criteria and economic improvements. Analysis of the program's benefits shows efforts to adapt support, while initiatives such as Gás de Cozinha and Projeto Qualifica nas Comunidades expand support strategies. The study faces limitations, such as data inconsistency and the impact of the pandemic. Future research should evaluate the longitudinal impact, eligibility criteria, administrative effectiveness and community participation, aiming to improve public social assistance policies.

Keywords: Social Assistance, Recife, Public Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1. Secretaria de Assistência Social de Recife	10
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
4. Análise e discussão de dados	13
4.1 Programa Bolsa Família	14
4.2 Projetos de Capacitação Profissional	18
5. Considerações finais	18
REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Assistência Social (SAS) desempenha um papel fundamental na gestão e na implementação das políticas públicas voltadas para a assistência social, conforme estipulado pela Lei nº 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esta lei estabelece a assistência social como um direito dos cidadãos e um dever do Estado, definindo a estrutura e os princípios para a oferta de serviços e benefícios sociais. De acordo com o artigo 1º da LOAS, a assistência social deve ser organizada de forma a garantir proteção e suporte às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 1993).

A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por sua vez, organiza a Seguridade Social e institui o Plano de Custeio, que é essencial para a sustentabilidade financeira do sistema de seguridade. Segundo o artigo 1º dessa lei, o Plano de Custeio visa assegurar a arrecadação e a alocação de recursos para os benefícios da seguridade social, incluindo a assistência social, a saúde e a previdência social (BRASIL, 1991). A interação entre a SAS e o Plano de Custeio é crucial para a efetiva implementação das políticas assistenciais, já que o financiamento adequado é um fator determinante para a execução eficiente dos serviços previstos pela LOAS.

A SAS desempenha um papel crucial na coordenação da política de assistência social, sendo responsável por planejar, dirigir e orientar a execução das atividades para a prestação de serviços socioassistenciais, sempre de acordo com as diretrizes e deliberações das instâncias superiores, RECIFE (2024) . Além de assessorar diretamente a Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas e o Prefeito da Cidade na definição de estratégias dessa política pública, a Secretaria também aprova a proposta orçamentária da própria Secretaria e do Fundo Municipal de Assistência Social, que deve ser submetida à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social. Adicionalmente, promove um conjunto integrado de ações tanto de iniciativa pública quanto da sociedade civil organizada, visando ao desenvolvimento de serviços, programas e projetos alinhados com as bases do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) RECIFE(2024).

Durante o período de 2020 a 2024, a SAS enfrentou diversos desafios, que vão desde a escassez de recursos financeiros até a alta demanda por serviços sociais. O orçamento limitado impôs restrições às atividades desenvolvidas pela

Secretaria, dificultando a ampliação e melhoria dos programas existentes. Além disso, a capacitação dos servidores se mostrou uma questão crucial para garantir a qualidade no atendimento à população, sendo necessário investir em formação profissional e atualização constante.

No que diz respeito às políticas públicas implementadas falaremos do Bolsa Família e projeto de capacitação profissional, promoção de saúde, e bem-estar. Essas iniciativas têm por finalidade promover e garantir os direitos sociais básicos da população (RECIFE, 2024). A implementação desses programas demonstra o compromisso tanto do governo federal e estadual como da Secretaria em oferecer um atendimento humanizado e eficiente à população mais necessitada.

Neste passo, diante do grande desafio que enfrenta a Secretaria frente a sua responsabilidade de entregas humanizadas e que por consequência impliquem em possibilidade de melhoria de qualidade de vida a população de Recife, este trabalho estipula como objetivo geral de analisar a aplicação e o impacto de políticas públicas realizada pela SAS com foco em indicadores de desempenho e resultados obtidos entre 2020 a 2024.

Com objetivos específicos como:

- Avaliar o impacto dos programas Bolsa Família e Capacitação Profissional;
- Identificar os principais desafios enfrentados, como restrição orçamentária e capacitação dos servidores;
- Analisar os indicadores de desempenho de serviços prestados comparando dados do período.

Para tal, o presente estudo está estruturado em 5 seções, iniciando por esta introdução onde é contextualizado o trabalho é apresentado o objetivo geral, a segunda seção apresenta o referencial teórico utilizado para construção do trabalho vinculado a apresentação da Secretaria e atuação vinculada a gestão municipal, seguida pela terceira seção que define os procedimentos metodológicos. A quarta seção apresenta a análise e discussão dos dados e a quinta e última seção apresenta a conclusão do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para elaborar uma fundamentação teórica para a análise da Secretaria de Assistência Social de Recife, podemos abordar a questão sob diversos ângulos

teóricos e práticos, baseando-se nos artigos e temas estudados. Vamos explorar a temática a partir dos seguintes eixos: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), gestão do trabalho na política pública da assistência social, a intersetorialidade e a rede de proteção social, a influência das ideologias partidárias e a atuação da sociedade civil.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a espinha dorsal da política pública de assistência social no Brasil, estruturando-se como um sistema descentralizado e participativo que visa assegurar direitos e promover a proteção social. Conforme ZUCHETTI e LEMES (2022), o SUAS busca oferecer serviços, programas e projetos que atendam às necessidades dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A análise da Secretaria de Assistência Social de Recife deve considerar como o município implementou as diretrizes do SUAS, assegurando a integração entre serviços e a gestão eficiente dos recursos disponíveis ZUCHETTI e LEMES (2022).

A gestão do trabalho na política pública de assistência social brasileira enfrenta diversos desafios, como a sobrecarga dos profissionais e a necessidade de formação contínua. O estudo de LIMA-SILVA, SANDIM, MAGRI E LOTTA (2020), revela que, especialmente durante a pandemia, a atuação dos profissionais da assistência social tornou-se mais complexa, exigindo adaptações rápidas e eficazes. A Secretaria de Assistência Social de Recife precisa lidar com essas questões, garantindo condições adequadas de trabalho e capacitação para seus profissionais, e avaliar como essas práticas influenciam a qualidade do atendimento oferecido.

A intersetorialidade é um aspecto crucial para a eficácia das políticas de assistência social, conforme apontado por ZUCHETTI e LEMES (2022). Uma rede intersetorial bem estruturada permite a integração de diferentes áreas e serviços, facilitando um atendimento mais completo e efetivo. Para a Secretaria de Assistência Social de Recife, é essencial analisar como as parcerias e a colaboração entre diferentes setores, como saúde, educação e segurança, são estabelecidas e operacionalizadas.

Os sistemas de informação são fundamentais para a gestão eficiente das políticas sociais. O estudo sobre os usuários no contexto local revela que um sistema de informação bem estruturado pode melhorar a tomada de decisão e a execução das políticas públicas LIMA-SILVA, SANDIM, MAGRI E LOTTA (2020).

A Secretaria de Assistência Social de Recife deve investir em tecnologias e sistemas que permitam um monitoramento preciso e a avaliação das políticas implementadas, garantindo a eficácia e a transparência no atendimento aos usuários.

A influência das ideologias partidárias nos gastos públicos em assistência social é um tema crucial para entender as variações na alocação de recursos e prioridades SCHEFFER (2020). Em Recife, é importante considerar como as mudanças políticas e as prioridades de gestão impactam a distribuição dos recursos e a implementação das políticas de assistência social. A análise deve investigar se as decisões orçamentárias são orientadas por interesses partidários ou se seguem um planejamento estratégico voltado para as necessidades da população.

A atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 foi significativa, conforme destaca Andion (2020). A Secretaria de Assistência Social de Recife deve avaliar como a sociedade civil contribuiu para a mitigação dos impactos da pandemia e como essa colaboração foi gerida. A análise deve focar na eficácia das parcerias entre o governo e a sociedade civil, bem como nos resultados dessas ações para a população em situação de vulnerabilidade.

A avaliação de políticas públicas é processo que envolve o exame crítico das ações governamentais. A avaliação de resultados não apenas proporciona um diagnóstico preciso das condições de implementação do SUAS, mas também fundamenta a necessidade de políticas de correção e aprimoramento contínuo. Em sua análise, CAVALCANTE e RIBEIRO(2012) enfatizam que para a política de assistência social alcançar seus objetivos de forma equitativa e eficiente é fundamental monitorar e ajustar constantemente as estratégias de implementação com base nos resultados observados.

Essa fundamentação teórica oferece uma visão abrangente e contextualizada para a análise da Secretaria de Assistência Social de Recife, explorando as múltiplas dimensões envolvidas na política pública de assistência.

2.1. Secretaria de Assistência Social de Recife

A (SAS) do Recife é o órgão responsável pela formulação e execução das políticas públicas voltadas à proteção social e à promoção da inclusão e cidadania no município. Vinculada à Prefeitura do Recife, a SAS tem como principal objetivo

garantir a dignidade e o bem-estar das pessoas em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza.

A estrutura organizacional da SAS é composta por diversos setores e unidades que trabalham de forma integrada para alcançar seus objetivos. Entre os principais componentes estão: Setor de Cadastro Único, Responsável pelo cadastramento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Este cadastro é essencial para a implementação de políticas públicas e a distribuição de benefícios sociais. Setor de Proteção Social Básica, focado na prevenção de riscos e promoção de direitos, este setor atua em áreas como assistência social básica, apoio às famílias e proteção de crianças e adolescentes. Setor de Proteção Social Especial, destina-se a atender casos mais graves de violação de direitos e situações de risco, segundo o Ministério da Cidadania(2024).

Envolve atendimento especializado e ações direcionadas para famílias e indivíduos em situações críticas. Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade de atendimento que oferece serviços de assistência social em áreas de vulnerabilidade, promovendo a inclusão e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) focados no atendimento a casos de violação de direitos, proporcionando serviços especializados para situações de abuso, exploração e violência.

A SAS implementa uma série de programas sociais destinados a promover a inclusão e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entre os principais programas estão:

Programa Bolsa Família: Uma das iniciativas mais conhecidas, oferece transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social.

Programas de Inclusão Produtiva: Projetos voltados para capacitação profissional e geração de renda, com o intuito de promover a autonomia e reduzir a dependência de benefícios sociais.

Serviços de Acolhimento e Proteção: Oferecem apoio e acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco, além de serviços de orientação e suporte às famílias.

A SAS enfrenta diversos desafios no cumprimento de sua missão, incluindo:
Falta de Recursos Financeiros: a limitação de orçamento pode impactar a capacidade da Secretaria de expandir e melhorar os serviços oferecidos.

Complexidade das Situações de Vulnerabilidade: A diversidade e a gravidade das situações enfrentadas pelas famílias exigem uma abordagem multifacetada e um esforço contínuo para fornecer soluções adequadas.

Necessidade de Integração e Coordenação: colaboração entre diferentes setores e instituições é crucial para garantir uma resposta eficaz às demandas da população

A avaliação dos resultados das políticas e programas da SAS é fundamental para assegurar a eficácia das ações e a eficiência dos recursos. A SAS realiza monitoramentos periódicos e avaliações de impacto para ajustar estratégias e melhorar os serviços prestados. Esse processo envolve a análise de indicadores de desempenho, feedback dos usuários e a revisão das metas estabelecidas.

Para o futuro, a SAS deve focar em: Inovação e Tecnologia: Investir em tecnologia e inovação para melhorar a gestão dos serviços e a comunicação com os cidadãos. Capacitação e Formação: Promover a capacitação contínua dos profissionais para garantir que as práticas e abordagens estejam alinhadas com as melhores práticas e demandas emergentes. Parcerias estratégicas, fortalecer parcerias com outras instituições, tanto governamentais quanto não governamentais, para ampliar o alcance das políticas sociais e otimizar recursos.

Adaptação às Mudanças: Manter-se flexível e adaptável às mudanças sociais e econômicas para responder eficazmente às novas necessidades da população.

A SAS desempenha um papel crucial na promoção da justiça social e na melhoria das condições de vida dos cidadãos mais vulneráveis. Através de sua estrutura organizacional e programas variados, busca enfrentar desafios e se preparar para um futuro onde as políticas sociais continuem a fazer a diferença na vida das pessoas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para avaliar os resultados da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Recife adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, com um recorte longitudinal de um período específico, e foi fundamentada principalmente na análise de dados e documentos públicos.

Essa abordagem permitiu uma avaliação detalhada e precisa das atividades e impactos da Secretaria. Além disso, a Secretaria destaca que a utilização de dados e documentos públicos é fundamental para garantir a transparência e a efetividade na avaliação das políticas sociais, refletindo a importância de uma metodologia que

combina rigor analítico com uma visão abrangente dos resultados alcançados, RECIFE (2024).

Para isso, foram feitas buscas no portal de transparência da Prefeitura do Recife, onde a pesquisadora realizou questionamentos via Lei de Acesso à Informação (Lai) sobre dados referentes ao período de 2020-2024, houve acesso a documentos públicos elaborados pelo Ministério da Cidadania, através da consulta pública pelo site do mesmo. A pesquisa foi realizada no meses de julho e agosto de 2024.

Os principais indicadores de desempenho adotados para mensurar o impacto das ações da Secretaria incluem a taxa de atendimento aos usuários dos programas sociais e a eficiência na gestão dos recursos disponíveis. Através desses indicadores, foi possível avaliar não apenas a quantidade de pessoas atendidas, mas também a qualidade do serviço oferecido e o uso adequado dos recursos públicos. Esses parâmetros foram essenciais para monitorar o alcance dos objetivos propostos pela Secretaria e orientar eventuais ajustes nas estratégias adotadas.

A Secretaria de Assistência Social da prefeitura de Recife desenvolve muitas ações para o enfrentamento às mazelas sociais que a população têm enfrentado principalmente no período pandêmico e pós pandêmico, em especial a população em situação de vulnerabilidade social. A análise reflete o modelo de gestão de cada governo no período analisado, as dificuldades que a gestão atual tem enfrentado referente a dados inconsistentes no período 2020-2022, para executar as ações e resultados de cada plano, e programa executado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Durante o período de 2020 a 2024, a SAS de Recife desenvolveu diversas ações e programas voltados para atender a população em situação de vulnerabilidade social. Este trabalho foca na análise dos indicadores de desempenho anuais para avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas.

Os principais indicadores utilizados para avaliar a atuação da Secretaria de Assistência Social foram: número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município, número de projetos de capacitação profissional e geração de renda.

Dito isto, o primeiro ponto a se discutir é o CADÚnico, que é uma ferramenta de coleta de dados com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda

existentes no país para que haja inclusão das mesmas em programas sociais e distribuição de renda. São esses dados que auxiliam o poder público para criar e implementar políticas públicas efetivas voltadas para essa parte da população.

Segundo dados expostos no site do Ministério da Cidadania do Governo Federal, a cidade do Recife com base na pesquisa mais recente em julho de 2024: o total de famílias incluídas no Cadastro Único é de 285.279, famílias em situação de pobreza é de 141.794 um total de 50%, famílias de baixa renda é de 67.518 um total de 24% e famílias com renda acima de meio salário mínimo é de 75.967 um total de 27%.

Quadro 1: Famílias Incluídas no Cadastro Único em 2024

Famílias cadastradas	285.279	
Famílias em situação de pobreza	141.749	50%
Famílias baixa renda	67.518	24%
Famílias acima de ½ S.M	75.967	27%

Fonte:MC, Cadastro Único para Programas Sociais(07/2024)

Essa análise ajuda a compreender a distribuição das famílias em diferentes faixas de renda, indicando que metade das famílias cadastradas estão em situação de pobreza, enquanto uma parte significativa está classificada como de baixa ou com renda superior a meio salário mínimo. Vale observar que as porcentagens oferecidas somam mais de 100%, isso indica que as categorias não são exclusivas, ou seja, uma família pode se enquadrar em mais de uma categoria.

A partir de uma visão geral pode se dizer que 50% das famílias estão em situação de pobreza, o que é uma parte significativa da população, 24% das famílias são de baixa renda, o que pode se sobrepor a situação de pobreza, 27% das famílias tem uma renda acima de meio salário mínimo, o que pode incluir famílias em situação de pobreza e baixa renda. Essas categorias são o ponto de partida para avaliar a condição socioeconômica da população e direcionar políticas públicas.

4.1 Bolsa Família

Instituído pela lei de nº 14.601 de 19 de junho de 2023, o Bolsa Família é um programa do governo federal que visa além de garantir renda básica, também busca

integrar políticas públicas que fortaleçam o acesso das famílias aos seus direitos básicos.

Durante as pesquisas, não houve acesso a informações precisas dos dados referentes ao período de 2020 a 2022, pois, segundo resposta obtida, existem muitas informações inconsistentes desse período. Por outro lado, em solicitação feita ao portal da transparência da prefeitura do Recife, através da Lei de acesso à informação, com número de protocolo 2024009220103000190 foi obtida a seguinte resposta: o número de famílias beneficiadas pelo Programa no ano de 2020, de 174.257, no ano de 2021, de 194.131, no ano de 2022, de 287.993, no ano de 2023, de 290.992 e no ano de 2024 até o mês de julho foram de 145.281.

Quadro 2: Número de Famílias Beneficiadas pelo Bolsa

2020	174.257
2021	194.131
2022	287.993
2023	290.992
2024	145.281

Fonte: PREFEITURA DO RECIFE. Dados obtidos via Lei de acesso à informação(LAi). Disponível em <https://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/lai/historicoPedidoInformacao.php?id=1>.

Acesso em: 06/082024

Para implementação, eficiência, eficácia e efetividade do serviço público qualificado oferecido aos cidadãos antes de mais nada é preciso planejamento, orçamento, e o “querer fazer”. No início da pandemia do Covid-19 os Estados e municípios tiveram dificuldade para atender a população, visto que dependia de suporte direto do governo federal, que à época era um governo de extrema direita, negacionista, deixando os estados e municípios à mercê da própria sorte. Foi necessário e plausível a intervenção direta tanto do Supremo Tribunal Federal (STF) como do Congresso Nacional, que tomaram medidas de urgência para garantir esse aporte ao qual se fazia necessário. Conforme a reportagem de Felipe Amorim e Alex Tarja no site UOL (2020), o STF decidiu que Estados e municípios têm autoridade para implementar medidas restritivas contra o Covid-19, o que reduz o controle do governo federal sobre as ações durante a pandemia.

O Programa Mais Bolsa Família, instituído pelo projeto de Lei 2.315/22 e iniciado em 2020, foi uma resposta crucial para a situação de vulnerabilidade social

exacerbada pela pandemia de Covid-19. Período este em que muitas empresas fecharam as portas gerando demissão em massa e uma crise socioeconômica. O benefício de R\$600,00 oferecido às famílias em risco social e econômico teve um impacto significativo, ajudando a mitigar as consequências adversas da crise sanitária e econômica.

A recuperação e estabilização econômica e social após a pandemia têm sido desafiadoras. Até julho de 2024, o Programa Bolsa Família em Recife demonstrou um significativo alcance social, atendendo 145.281 famílias e beneficiando 353.167 pessoas. Com um investimento total de e um valor médio de benefício por família de R\$678,10 o programa continua a ser um suporte vital para a população em situação de vulnerabilidade social na cidade. Diante desta análise pode-se dizer que este cenário reflete a persistência dos desafios socioeconômicos pós-pandemia e a importância contínua de programas de assistência social para garantir a recuperação e o bem estar das famílias mais necessitadas.

Quadro 3 Distribuição do benefício:

Total de Famílias atendidas	Total de pessoas beneficiadas	Total de investimentos	Valor de benefício médio por família
145.281	353.167	98.441.543,00	678,10

Fonte: MC, Programa Bolsa Família (07/2024)

A análise de dados sugere que apesar dos desafios econômicos persistentes, o Programa continua a desempenhar um papel fundamental no suporte às famílias necessitadas, com investimentos substanciais para garantir que o auxílio seja distribuído de forma eficaz.

As possíveis razões para a queda do crescimento podem se dar pelas seguintes razões: mudanças nos critérios de elegibilidade; alterações na regra de elegibilidade podem reduzir o número de famílias que atendem aos critérios do programa. Se as condições de renda ou outros requisitos forem ajustados podem haver diminuição no número de famílias qualificadas para receber o benefício.

Melhorias econômicas locais, quando o município experimenta melhorias econômicas que levam a uma diminuição da taxa de pobreza ou aumento da renda da família. Efeitos da pandemia, durante a pandemia do Covid-19 muitos programas de assistência social foram expandidos para enfrentar a crise. No entanto, à medida

que a crise sanitária e econômica se estabiliza, pode haver uma redução no número de beneficiários conforme o programa retorna ao seu formato original.

Problemas administrativos, a queda na inclusão pode ser também resultado de questões administrativas como por exemplo: dificuldade no gerenciamento do Programa, dificuldade no processo de inscrição. Atualização de dados, o processo de atualização e verificação de dados dos beneficiários podem afetar a inclusão. Famílias que não atualizam suas informações ou que tiveram alterações em suas situação econômica podem ter sido removidas ou deixado de ser incluídas.

No ano de 2024 houve uma queda significativa, isso se deve principalmente a atualização de dados, onde muitas famílias acabam não fazendo e ou quando fazem, a situação econômica da família contém alterações que tiram a elegibilidade para receber o benefício.

Para distribuição desses benefícios a prefeitura do Recife classificou da seguinte forma:

Benefício de Renda de Cidadania (BRC), com 138.230 benefícios, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Benefício Complementar (BC), destinado a famílias cujo a soma dos valores dos benefícios de Renda de Cidadania é inferior a R\$ 600,00, cobrindo a diferença até esse valor; Benefício Primeira Infância (BPI), com 61.181 benefícios, com valor de R\$ 150,00 por beneficiários, para famílias com crianças de 0 a 7 anos incompletos; Benefício Variável Familiar (BVF), com 112.280 benefícios, com um valor de R\$50,00 por beneficiário, destinado a famílias com gestantes, nutrizes crianças entre 7 a 12 anos, ou adolescentes entre 12 e 18 anos; Benefício Extraordinário de Transição (BET), com 630 benefícios, que garante que nenhum beneficiário receba menos do que recebia no programa anterior (Auxílio Brasil) , aplicável até maio de 2025.

Quadro 4: classificação e distribuição dos benefícios

Renda de Cidadania (BRC)	138.230
Benefício Complementar (BC)	
Benefício Primeira Infância (BPI)	61.181
Benefício Variável Familiar (BVF)	112.280
Benefício Extraordinário de Transição (BET)	630

Fonte: MC, Programa Bolsa Família (07/2024)

A partir da análise da tabela 4, pode-se dizer que o BRC é o benefício mais amplo, alcançando 138.230 beneficiados, o BPI e o BFV são direcionados a grupos específicos dentro da população com o BPI focado em crianças pequenas e o BPF abrangem uma faixa etária mais ampla, o BET é um benefício transitório para assegurar a continuidade do suporte financeiro após a mudança de programas. Esses refletem a diversidade de benefícios concedidos e o investimento realizado para apoiar as famílias do Recife.

Ainda falando sobre apoio, pode-se citar o Programa Gás de Cozinha do brasileiro que é um auxílio destinado a ajudar famílias de baixa renda a lidar com o aumento dos preços do gás de cozinha. Em Recife-PE teve a seguinte execução: com investimento total de R\$428.808,00 e 4.202 famílias beneficiadas. A partir de fevereiro de 2023 e nos meses pares seguintes, o benefício passou a ser pago em dobro, conforme a Medida Provisória nº 1.155/2023, resultando um valor médio de R\$110,00 por parcela.

4.2 Projeto de Capacitação Profissional

O Programa Qualifica nas Comunidades visa ampliar o acesso à qualificação profissional para pessoas em áreas de difícil acesso. Desde o ano passado até este momento, mais de 800 pessoas participaram de cursos oferecidos pela prefeitura através da Secretaria de Trabalho e Qualificação Profissional (STQP), em parceria com diversas instituições locais, como associações de moradores, clubes de mães, igrejas e sindicatos, facilitando a oferta de cursos diretamente nas comunidades (Ministério da Cidadania, 2023).

Esse modelo de ação visa romper barreiras de mobilidade e proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal para os moradores dessas áreas.

5. Considerações finais

O trabalho teve como objetivo geral analisar a aplicação e o impacto de políticas públicas realizadas pela Secretaria de Assistência Social com foco em indicadores de desempenho e resultados obtidos entre 2020 a 2024. Com objetivos específicos que foram: avaliação do impacto dos programas Bolsa Família e Capacitação Profissional, identificar os principais desafios enfrentados, como

restrição orçamentária e capacitação dos servidores, a análise de indicadores de desempenho de serviços prestados comparando dados atuais.

A análise de dados referentes às ações da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Recife entre 2020 a 2024 revela um panorama complexo da eficácia das políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social. O período em análise abrange desafios significativos, incluindo a pandemia de Covid-19, que exigia respostas rápidas e eficazes para atender às necessidades emergenciais da população.

O Cadastro Único revelou que aproximadamente 50% das famílias em Recife estão em situação de pobreza, enquanto uma parcela adicional é classificada como de baixa renda ou com renda superior a meio salário mínimo. Esses dados evidenciam a ampla base de famílias em situação vulnerável e sublinham a importância de políticas públicas direcionadas e ajustadas a diferentes faixas de renda.

O Programa Bolsa Família, implementado com a Lei nº 14.601 de 2023, demonstrou uma atuação crucial durante a pandemia, oferecendo um suporte vital para milhões de famílias. Embora tenha havido uma redução significativa no número de beneficiários em 2024, o programa ainda mantém uma presença significativa, com 145.281 famílias atendidas até julho de 2024. A variação no número de beneficiários pode ser atribuída a fatores como alterações nos critérios de elegibilidade, melhorias econômicas locais e desafios administrativos, além das mudanças na situação econômica e social pós-pandemia.

A análise da distribuição dos benefícios do Bolsa Família, incluindo o Benefício de Renda de Cidadania (BRC), Benefício Complementar (BC), Benefício Primeira Infância (BPI), Benefício Variável Familiar (BVF), e Benefício Extraordinário de Transição (BET), mostra um esforço para adaptar o apoio às necessidades específicas dos beneficiários, refletindo a diversificação e a abrangência das políticas de assistência social.

Além disso, o Programa Gás de Cozinha e o Projeto Qualifica nas Comunidades ilustram a ampliação das estratégias de suporte à população vulnerável, oferecendo auxílio financeiro e oportunidades de capacitação profissional em áreas de difícil acesso. Esses programas demonstram um comprometimento com a melhoria das condições de vida e a promoção da inclusão social.

O trabalho possui várias limitações que podem impactar a análise e a interpretação de dados, por exemplo, dados inconstantes no período de 2020 a 2022, as limitações temporais, eventos extraordinários como a Covid-19 pode ter afetado de forma atípica demanda e a eficácia dos programas sociais, os efeitos da pandemia pode ter distorcido os resultados, dificultando a comparação com períodos não afetados por crises sanitárias, a variabilidade dos indicadores, a análise dos indicadores de desempenho pode ser limitada pela variabilidade dos dados, como evidenciado na variação do número de beneficiários do Bolsa Família e no impacto das mudanças nos critérios de elegibilidade, isso pode dificultar a avaliação precisa da eficácia dos programas ao longo do tempo.

Desafios na metodologia, a abordagem qualitativa e descritiva pode não capturar todas as nuances da eficácia dos programas. A dependência de dados secundários e documentos públicos podem limitar a profundidade da análise especialmente quando a qualidade desses dados são variáveis, fatores externos, aspectos como mudanças na política federal e estadual bem como flutuações econômicas e sociais externas à gestão da Secretaria podem ter influenciado os resultados, aspectos regionais específicos, a análise pode não considerar suficientemente as particularidades regionais e locais que podem influenciar na eficácia das políticas públicas, como a capacidade de respostas se diferentes comunidades ou a disponibilidade de recursos locais.

Como sugestões para estudos futuros indica-se a elaboração de trabalhos nos temas de avaliação do impacto longitudinal, realizar estudos que analisem o impacto a longo prazo dos programas de assistência social sobre a condição econômica e social das famílias beneficiárias, incluindo a eficácia das políticas de capacitação profissional, análise de critérios de elegibilidade, investigar como as alterações nos critérios de elegibilidade afetam a inclusão de famílias e o acesso aos benefícios considerando a dinâmica econômica e social local, estudo sobre a eficácia administrativa, avaliar os desafios administrativos enfrentados na implementação e gerenciamento dos programas, propondo soluções para melhorar a eficiência e a transparência.

O impacto da pandemia, analisando como as medidas emergenciais e a recuperação pós-pandemia influenciaram as condições socioeconômicas das famílias, e como as políticas podem ser ajustadas para melhor enfrentar crises futuras; participação da comunidade, explorar o papel das comunidades e parcerias

locais implementação e no sucesso dos programas de assistência identificando boas práticas e áreas de melhorias. Essas sugestões podem contribuir para um entendimento mais aprofundado e aprimorar a eficácia das políticas públicas voltadas para assistência social em Recife e em outras localidades com características semelhantes.

REFERÊNCIAS

AMORIM Felipe, TATJA, Alex. **STF da poder a estados para atuar contra Covid-19 e impõe revés a Bolsonaro.** UOL. 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/stf-tem-4-vot-os-a-favor-de-autonomia-de-governadores-durante-a-pandemia.htm> > Acesso em: 02 de ago. 2024.

ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 936–951, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/81891>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. **Programa Bolsa Família.** Brasília. Ministério da Cidadania, 2024. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>> Acesso em: 02 de agosto de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).** Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em 11 de ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm> Acesso em: 08 de ago. 2024.

CAVALCANTE, P.; RIBEIRO, B. B. O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6, p. 1459-1477, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9130/o-sistema-unico-de-assistencia-social--resultados-da-implementacao-da-politica-nos-municipios-brasileiros>> Acesso em: 21 de ago. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Mais de 1 milhão de pessoas em PE viviam com menos de 2,1 diários. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2023/12/mais-de-1-milhao-de-pessoas-em-pe-viviam-com-menos-de-us-2-1-diarioros.html>> Acesso em: 11 de ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Auxílio Emergencial 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial>> Acesso em: 02 de ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Auxílio Emergencial 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2021>> Acesso em 02 de ago. 2024.

IBRE. Pós Pandemia: extrema pobreza cai à metade do Brasil e NE é 50% da redução. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/pos-pandemia-extrema-pobreza-cai-metade-no-brasil-e-ne-e-50-da-reducao>> Acesso em: 10 de ago. 2024.

LIMA-SILVA, F.; SANDIM, T. L.; MAGRI, G. M.; LOTTA, G. O nível de rua na pandemia: a percepção de profissionais da linha de frente da assistência social sobre a implementação de políticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1458–1471, 2020. Disponível em:<<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>> Acesso em: 21 ago. 2024.

RECIFE. Portal da Transparência. Dados obtidos via Lei de acesso à informação(LAI). Disponível em: <<https://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/lai/historicoPedidoInformacao.php?id=1>> Acesso em: 06 de ago. 2024

RECIFE. Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-desenvolvimento-social-direitos-humanos-juventude-e-politicas-sobre-drogas>> Acesso em: 10 de agosto de 2024.

RECIFE. Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional. Prefeitura do Recife Disponibiliza 600 Vagas em Cursos Gratuitos. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/18/03/2024/prefeitura-do-recife-disponibiliza-600-vagas-em-cursos-gratuitos>> Acesso em: 10 de ago. 2024.

SCHEEFFER, F.; DE FAVERI, D. B.; DA SILVA JUNIOR, E. S. A influência das ideologias partidárias nos gastos públicos em assistência social nas capitais brasileiras. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, n. 80, 2020. DOI: 10.12660/cgpc.v25n80.78480. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/78480>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ZUCCHETTI, D. T.; LEMES, M. A. Uma Rede Intersetorial: Performances no Ideário da Proteção Social. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 20, n. 58, p. e11918, 2022. DOI: 10.21527/2237-6453.2022.58.11918. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/11918>. Acesso em: 21 de ago. 2024.